RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS

Objetivo Geral

Proporcionar ao participante o conhecimento e o entendimento amplos dos princípios e normas legais que regem a recuperação de empresas, considerando toda a legislação a ela atinente, capacitando-o a aplicá-los no exercício de suas funções.

Objetivos Específicos

- Conhecer a alteração de perspectiva do legislador, da falência para a recuperação.
- Entender os motivos sociais que levaram o legislador à criação da Lei 11.101/2005.
- Dominar minimamente os institutos criados pela Lei de Falência e Recuperação de Empresas.

Metodologia

Aula expositiva, explanação de textos legais e estudo de casos.

Conteúdo Programático

- Pedido direto de falência, principal estabelecimento e falência de microempresa e empresa de pequeno porte.
- Convolação da recuperação judicial em falência.
- Princípios: Eticidade, proteção ao acionista minoritário, transparência e função social da empresa.
- Natureza jurídica.
- Disponibilidade e indisponibilidade de bens na recuperação judicial.
- Insolvência e impontualidade.
- Atuação do Ministério Público.
- Processo de recuperação judicial: pedido de falência e recuperação, formação do plano de recuperação, alteração e rejeição. Créditos sujeitos e não sujeitos ao plano de recuperação. A novação de dívida.
- Satisfação da recuperação judicial: cessão de quotas ou ações, alteração do controle societário, substituição dos administradores, redução salarial.
- Constituição de sociedade de credores. Sociedade de Propósito Específico. Assembléia-geral de credores. Securitização de riscos e patrimônio de afetação.

- Encerramento da recuperação judicial. Credores de obrigações contraídas durante a recuperação. Créditos extraconcursais. Fazenda Pública e INSS.
- Responsabilidade dos sócios na recuperação judicial. Concessionárias de Serviços públicos.

Bibliografia Indicada

Código Comercial atualizado

Constituição da República Federativa do Brasil atualizada

Carga horária: 20 horas

<p>Data: 06/03/2009 Revisão: 00 Total de páginas: 02</p>